

Revolução



**A Organização Autónoma - Sindicalismo
PAIGC - Entrevista com um militante**

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO, UNI-VOS!

Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

Camaradas e Amigos:

Leitor do vosso Jornal desde que o descobri como verdadeiro representante da vanguarda do proletariado português, via a construção do socialismo em Portugal, e como participante das mesmas lutas, não posso deixar tão importante facto a descoberto.

Desejaria ver este artigo, que a seguir menciono, publicado na próxima edição do vosso jornal, já que ele é tão importante em si, que deverá chegar às pessoas que não puderam estar presentes em tal reunião.

Assim este diz respeito ao Comício do Partido Socialista, que teve lugar no Coliseu do Porto e que contou com a presença do social-democrata Willy Brandt, Secretário Geral do Partido Social-Democrata Alemão, do Secretário Geral do P.S. Mário Soares, além de outros representantes do referido Partido.

Desde antes do começo do referido comício a juventude presente, que julgo serem dos mais progressistas dos jovens Socialistas, proclamavam palavras de ordem que além de outras eram as seguintes: Morte à Burguesia, Morte ao Capitalismo, Socialismo-Marxista Sim — Social-Democracia não, Viva a Classe Operária, Revolução Socialista, etc., etc..

Durante o comício os presentes foram colaborando nas palavras de ordem e várias vezes o público se levantou quando alguns oradores deferiam palavras de ordem contra burguesia, contra os exploradores, contra os monopólios, etc..

E foi neste clima que chegou a vez de usar da palavra o Dr. Mário Soares que logo após o início do seu discurso proferiu uma frase que foi contra as palavras de ordem dos presentes, o que originou a princípio uma onda de assobios e de exclamações:

Para não alongar mais o que foram estes minutos breves passo a transcrever a frase, que é a seguinte: «Camaradas é preciso atenuar os slogans contra a burguesia e a social-democracia».

E continuou perante o espanto dos presentes: «É necessário fazer a aliança com a pequena e média burguesia, já que o nosso principal inimigo são os monopólios nacionais e estrangeiros». Não podemos assustar os pequenos comerciantes e pequenos-camponeses, os funcionários públicos.»

Mas será que estes pequenos-camponeses, pequenos-comerciantes, funcionários públicos serão pequenos burgueses?

Será que limitados ao seu trabalho para eles também é necessário o socialismo?

Será que eles constituirão a fracção do semi-proletariado e não a pequena burguesia do Dr. Mário Soares?

Será então a pequena burguesia, os pequenos e médios industriais que a seguir mencionou?

A estas perguntas cada um de nós saberá dar resposta conveniente, e assim continuo com a alocação do Dr. Mário Soares. Salientou em seguida o papel da juventude na construção do Socialismo, mas deu especial relevo aos velhos, velhos estes que com a sua experiência política levarão o país por certo caminho para o Socialismo.

Mas será que estes velhos serão os tais burgueses da aliança?

Mas onde está a verdadeira posição do Dr. Mário Soares?

Revisionismo e social-democracia será a resposta mais exacta a este líder e aos velhos da sua aliança.

Vincou assim o Dr. Mário Soares, com a sua intervenção o suporte de toda a sua política (social-democracia e revisionismo) as quais não vão de encontro aos mais elementares interesses da classe operária-camponesa.

Esqueceu entretanto (aliás pretendeu esquecer) que ao fazer a aliança com a burguesia esta tende a sobre-elevar-se e passar à conquista do poder passando a impor a sua ditadura de opressão sobre as massas trabalhadoras, que pretendem o poder originando a revolução socialista, e o aniquilamento de toda a burguesia que até este momento explorou o povo Português.

Por isso camaradas não cedemos as nossas posições de vigilância aos partidos revisionistas e social-democratas, tomando posições ainda mais fortes e decisivas em relação ao aniquilamento da burguesia.

Camaradas: Lutemos pela Revolução Socialista, Aniquilemos a social-democracia, Desmascaremos os Sociais-democratas e revisionistas, Abaixo a burguesia e o capitalismo.

Pela Revolução Socialista

A. M.

Camaradas:

Inicialmente, quero felicitar-vos pela vossa imutável determinação ideológica e revolucionária, que vem sendo soberbamente patentada no "Revolução".

Antes do 25 de Abril, limitei-me apenas a acompanhar as operações desenvolvidas pelas Brigadas Revolucionárias, difundidas através de "A Voz da Liberdade".

Actualmente, possuindo eu o vosso endereço dirijo-me pois a vós com o intuito de integrar-me e fazer tudo o que de útil estiver ao meu alcance pelo PRP-BR com cuja ideologia e linha de acção eu me professo.

Na cidade em que resido as pessoas desconhecem em grande maioria a existência do PRP, sendo consequentemente ludibriadas pelos revisionistas demagógicos do PCP e restante escumalha de grupelhos tendenciosos.

Opinando sobre os pseudo-comunistas, que por aí pululam subsidiados pelo Kremlin, suponho que o PRP-BR poderia se referir aos mesmos com mais acutilância do que a que tem feito até agora. Ao terminar resta-me dizer-vos que sou operário e tenho 22 anos e espero a vossa resposta. E mais camaradas! Não é preciso um meteorologista para saber de que lado o vento sopra. A burguesia estremece nas suas bases! A Revolução Socialista é eminente e será feita com suor e sangue, se for necessário!

Saudações.

R. M. M.

Chegou-me às mãos aqui tão longe, em pleno coração da guerra angolana, o vosso jornal. Já tinha conhecimento da existência do Partido, mas o jornal era-me desconhecido. Gostei.

É claro que sou um resistente silencioso desde há muito e estou nesta podre guerra, há cerca de 13 meses, e sempre em plena mata. Além do jornal interessam-me as vossas ideias que são, segundo deduzo, a grande e pura revolução do homem pelo trabalho e pelas armas, para o estrangulamento do capital, e suas consequências político-económicas-sociais.

Tudo quanto possam ensinar-me para conhecer mais profundamente o vosso programa, é bem vindo.

Um proletário-soldado.

J. M. M. P.

COMÍCIOS

Continuam as sessões de esclarecimento, os debates e os comícios do PRP-BR. São os seguintes os desta semana:

Dia 24, quinta-feira — Aljustrel.
Dia 26, sábado — Praís do Sado
Dia 27, domingo — Évora
Na próxima semana o PRP-BR estará, no dia 31, em Leiria.

FUNDOS

PARA O P.R.P.

Este Partido tem vivido dos fundos que lhe vieram das acções realizadas durante o tempo do fascismo e das dádivas e contribuições dos seus simpatizantes e militantes.

Mas as necessidades deste Partido aumentaram muito. O seu crescimento e as novas possibilidades criadas pelo 25 de Abril multiplicaram os gastos da organização.

Não basta ter uma análise da situação, ter um programa. Não basta ter centenas ou milhares de militantes. Milhares de militantes não podem levar a palavra do partido a milhões de trabalhadores. A palavra do partido tem de ser levada pelos meios de propaganda e de informação. E estes custam caro.

A imprensa burguesa não está interessada na divulgação das ideias revolucionárias.

O manifesto do PRP «Fascismo ou Socialismo» foi distribuído a todos os jornais diários e semanários. Pois só um jornal da tarde o publicou, o que demonstra bem as limitações à esquerda duma imprensa, que diariamente fala do CDS e do PPD.

Por isso o PRP-BR necessita de recorrer aos seus próprios meios. O jornal «Revolução», os documentos, os cartazes, custam muito dinheiro. E é por limitações de dinheiro que não fazemos muito mais podendo assim chegar a muitos sítios.

O PRP não tem ajuda de nenhum país estrangeiro. Vive pelos seus próprios meios. Só poderá continuar e aumentar a sua actividade se os seus militantes, simpatizantes e aderentes contribuírem com donativos. O PRP cresce diariamente em organização por todo o país. Mas este crescimento cria grande necessidades — sedes, transportes, materiais.

O PRP necessita de ti.

DOSSIER BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS



á venda brevemente

DIRECTOR INTERINO: ISABEL DO CARMO

Apartado 4117 • Telefone 71 0982 • Lisboa 4

Composição e Impressão:

Mirandela & C.ª • Rua Vitor Cordon, 27, 1.ª • Lisboa

Distribuidora:

Internacional — Rua de S. Pedro de Alcântara, 63, 1.ª — Lisboa 2

SEMANAL

sobre - A Organização Autónoma Sindicalismo - Papel do Partido

Organização autónoma é toda a organização independente de partidos ou quaisquer movimentos políticos. A organização autónoma é a organização saída da própria classe, eleita por ela e sua legítima representante.

O exemplo mais acabado de organização autónoma são os soviets. Antes e depois da Revolução Russa de 1917 os soviets eram comissões de trabalhadores eleitas por local de trabalho ou de habitação, eleições essas que eram feitas com a presença de todos os trabalhadores. Dessas comissões saíam delegados que se reuniam em assembleias de delegados.

Nos Soviets estavam presentes bolcheviques, mencheviques socialistas revolucionários, homens de múltiplos partidos da Rússia de então e homens sem partido. E não estavam lá por ser deste ou daquele partido, mas por terem sido eleitos.

Organização autónoma é pois toda a organização saída da própria classe e sua directa representante, sem interferência de partidos. O que não quer dizer que homens deste ou daquele partido não estejam presentes na organização autónoma. Mas estão não como representantes partidários, mas sim por serem eleitos entre os trabalhadores, como seus representantes.

A organização autónoma, saída da própria classe pode ter qualquer fim. Ela é constituída para determinada finalidade e é para isso que é eleita e organizada.

Actualmente em Portugal assiste-se ao nascimento e crescimento da organização autónoma. As múltiplas comissões de trabalhadores, eleitas nas assembleias nos locais de trabalho, são uma organização autónoma e são as legítimas representantes dos trabalhadores.

As actuais comissões de trabalhadores foram eleitas com o fim de representar os trabalhadores na defesa das suas reivindicações. São portanto comissões de carácter reivindicativo e não directamente político. Mas são organização autónoma.

SINDICALISMO

Entendendo sindicalismo como a organização dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses imediatos, vários sindicalismos são de considerar.

Os actuais sindicatos, são de inscrição obrigatória, e estruturados pelo fascismo de modo a servir os seus interesses, têm mostrado como estão afastados dos trabalhadores e como estão desligados das suas lutas. Sendo a sua direcção um órgão de cúpula, a decidir em nome dos trabalhadores, sem constantemente os consultar, rapidamente se transformam em algo de desligado dos verdadeiros interesses das massas. A intersindical, que é uma super-cúpula, dá-se uma de representatividade que não tem e decide em nome milhares de trabalhadores. Decide problemas de grande gravidade, acontecendo muitas vezes que os delegados nem sequer os levam às direcções do respectivo Sindicato e muito menos às assembleias. Assim têm "aviado" desde o 25 de Abril, beneficiando

da liberdade apenas para terem o seu direito de reunião e não para fazerem uma ampla consulta e agitação entre os trabalhadores.

Pela sua própria natureza de estrutura de cúpula e pela sua composição de classe, onde predominam os serviços da pequena burguesia, a Intersindical é o terreno ideal para o reformismo, que aí impera. A presença aí de delegados das poucas direcções sindicais fieis aos trabalhadores e às assembleias, é uma gota de água no oceano, que em nada altera nada e que é um desgaste de energias.

De resto, as lutas dos trabalhadores, as decisões das assembleias, têm mostrado que o que se decide na Intersindical é letra morta.

As estruturas sindicais actuais têm mostrado que não servem. E mesmo as direcções sindicais de esquerda não foram mais do que ultrapassadas pela...esquerda, durante as lutas que decorreram. E o seu bom senso revelou-se quando simplesmente acompanharam essas lutas.

Que sindicalismo então queremos?

O sindicalismo de base, que significa entender-se que a única organização sindical legítima é a que resulta das assembleias e das comissões de trabalhadores de carácter reivindicativo. E na assembleia que os trabalhadores expressam as suas decisões e o seu voto, é na assembleia que acompanham no dia a dia, se necessário for, a luta na fábrica. Enquanto que a assembleia de trabalhadores é o lugar ideal onde tudo se pode discutir e decidir, o sindicato actual é a cúpula, distante e dirigista, onde uma direcção decide em nome dos trabalhadores.

Alguns espantam-se ao que chamemos organização sindical às assembleias e às comissões de trabalhadores em cada empresa. Mas de outra coisa não se trata, visto que se constituem exactamente para a luta pelas reivindicações de carácter sindical. Alguns também reagirão contra a palavra "sindical", porque está "queimada" pelo reformismo e o dirigismo. Mas pensar em sindicalismo de base numa forma organizada e séria, significa não deixar ao Deus dar a organização reivindicativa na fábrica, pensar nela em termos de estrutura, em termos de aparelho.

Podem as comissões de trabalhadores viver sem ter uma ligação entre si? Podem viver sem ter um aparelho técnico para imprimir os seus comunicados? Podem viver sem propaganda? Podem viver sem dinheiro?

O que propomos é o Sindicato de Empresa, baseado na assembleia de trabalhadores e na eleição directa por esta. E propomos que entre as várias comissões de trabalhadores dentro do mesmo ramo de indústria (ou de serviços) haja uma ligação orgânica. E que entre os vários ramos, ao nível de região, se estabeleçam relações permanentes.

A existência dum estrutura permanente directamente emanada das assembleias, garante continuidade de trabalho e mantém a organização em alturas de refluxo. Mas estas comissões e estruturas permanentes ficarão em posição de sujeição sempre que

houver lutas. Nessa altura a comissão de luta (que pode coincidir ou não com a comissão de trabalhadores já existente) será fiel depositária das decisões das assembleias.

Este é o sindicalismo de base que se opõe ao sindicalismo de cúpula, seja ele qual for. Neste momento há um partido que tem a hegemonia na Intersindical. Lá longe, no topo. E que a não tem na base, nos locais de trabalho. Bater-se-á portanto, pela defesa das estruturas de cúpula. Mas outros tentarão, usurpar-lhe essa hegemonia, em nome de uma orientação de "esquerda" ou de uma orientação "pluralista". Trata-se em todos os casos de jogos de poder, de jogo partidário.

Entendemos que o único jogo a jogar é o da base, porque é o único legítimo. E isto embora saibamos que algumas bases são reformistas.

O PAPEL DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

Entendendo que a legítima representante dos trabalhadores é a sua organização autónoma, seja ela reivindicativa ou política, pensamos no entanto que o papel do partido revolucionário é imprescindível.

Entendemos que nenhum partido representa os trabalhadores. Mesmo que numa grande empresa, um partido tenha centenas de trabalhadores (e nenhum os tem), essas centenas de trabalhadores não podem representar os milhares aí estão. E que direito lhe assistiria para representar todos os outros? E quem seria o "Deus"?



fora dos partidos que apontaria com o dedo e diria "este é que é o partido escolhido"? Muitos dos actuais partidos de esquerda bem desejam que as coisas se passem assim e acreditam firmemente que esse milagre se dará. Mas o "milagre" não se dá, a classe operária não depositará a sua vida nas mãos de um partido. E, trágicamente, essas organizações partidárias continuarão calmamente, indiferentes às condições objectivas e à urgência do momento. Fazem a organização pela organização, tomam-se pelo "partido escolhido".

Mas eram também aqueles que pensam ser suficiente a organização autónoma dos trabalhadores, a simples organização na luta, tendência que pode

chamar-se anarco-sindicalismo e entendemos que há que combatê-la. A organização autónoma sem a existência de um partido vive para a luta na fábrica, e pouco mais vê para além dela, mesmo que a ponha em termos muito politizados.

O partido é a organização capaz de fazer uma análise da situação política global, com todos os dados e observando a luta. Um partido é ao capaz de definir uma estratégia e de decidir uma tática de conjunto para cada momento. Um partido é a organização que pode actuar combinadamente a vários níveis e em vários sectores. Um partido é a organização capaz de combinar a teoria e a prática. Sem um partido com capacidade de visão e de acções globais, a luta dos trabalhadores pode ser suicida.

O partido revolucionário é o punhado de militantes capazes de resistir e de continuar, nos momentos de refluxo, nos momentos das vagas de repressão.

A classe operária desconfia dos partidos e naturalmente que tem razões para isso. Mas aqueles que querem fazer a sua escolha e a sua definição política até ao fim, aqueles que são militantes, não se podem ficar pela organização local e parcial. Ser militante consciente do partido é fazer uma escolha até ao fim.

AS ACTUAIS COMISSÕES DE TRABALHADORES

As actuais comissões de trabalhadores são de qualidade e de carácter muito diferentes de empresa para empresa. Há

ministrativos públicos serem eleitos os respectivos chefes dos serviços.

Mal ou bem isto traduziu o estado político e a maturidade das respectivas assembleias de trabalhadores. E no decorrer dos processos de luta ou simplesmente do processo de consciencialização que se seguiu ao 25 de Abril, a maior parte destas comissões foi criticada, muitas vezes clindrada, "saltou". Assim se demonstrou também que os trabalhadores não estão dispostos a suportar como seus representantes indivíduos que dêem mostras de trair os seus interesses.

Mas muitas comissões houve que se tornaram realmente representantes dos trabalhadores defendendo os seus direitos. E isso aconteceu muitas vezes nas maiores empresas e em empresas com experiência de luta. As comissões de trabalhadores da Lisnave, da Setenave, da Efacac, dos CTT, ficaram sólidas e a última transformou-se mesmo em sindicato. As comissões das fábricas de electrónica — Plessey, Standard, Semicóndutores, GIL — foram realmente as representantes dos trabalhadores durante todo este período. O mesmo se passou em centenas de outras empresas.

A ASSEMBLEIA

Um facto foi determinante para a evolução de todo este processo. O aparecimento da assembleia como órgão soberano. A assembleia de local de trabalho, facto novo em Portugal, onde isso era proibido, foi determinante para a consciencialização das massas e legi-

timou todas as lutas dos trabalhadores. Na assembleia reúnem-se todos os trabalhadores da empresa, ou pelo menos todos os que querem aí estar. Em sítio nenhum a empresa tem maior e melhor representação. Ai se podem fazer todas as propostas. Ai se pode discutir até ao fim, ai se confrontam as ideias, ai se eleje, ai se demite, ai se critica. Nenhum acto pode escapar à assembleia. A assembleia é soberana. As decisões cabem à assembleia e é ali face a face e à luz do dia que as discussões se devem passar. E o que a maioria decidir é que vale, e é que tem que ser acatado, por muito que isso custe a este ou aquele partido, quando

ITT - Semicondutores

Não aos Despedimentos

Com a justificação de que o mercado mundial de semicondutores se encontra em crise e que por isso é necessário diminuir a produção, prepara-se a ITT para levar ao despertar e à fome centenas de trabalhadores e as suas famílias.

Mas que culpa têm os trabalhadores da crise de mercado, para serem eles a pagá-la?

O único culpado é o sistema capitalista e as grandes multinacionais que o comandam. São elas que na sua sede de lucro obrigam a aumentar os ritmos de trabalho, obrigam a produzir mais e mais, não se importando nessa altura que o mercado mundial se possa superlotar. E quando isso acontece, e porque não querem perder nem um tostão dos seus lucros fabulosos, vêm como única solução a diminuição da produção até que o mercado se restabeleça. Ora, isto significa:

DESPEDIMENTOS

Foi com este fim que a direcção da ITT - Semicondutores apresentou ao Ministério do Trabalho uma proposta de "despedimentos a dois tempos". No primeiro, que duraria três meses, os turnos passariam a trabalhar alternadamente semana sim, semana não. Evidentemente que os ordenados passarão a metade, não sendo no inferiores a 3.300\$00. No segundo, caso a diminuição da produção pretendida pela empresa não tivesse sido atingida, passar-se-ia aos despedimentos. Note-se que a direcção da empresa não informou os trabalhadores desta proposta. Estes só tiveram conhecimento dela por informação obtida no Ministério do Trabalho.

E foi para estudá-la e para decidir as formas de luta a utilizar para que esta proposta não vá avançar que os trabalhadores se reuniram em plenário no dia 17 de Outubro.

Ficou decidido neste plenário e para que os patrões não tivessem conhecimento da resposta que os trabalhadores iriam dar, que não se aprovasse ali nenhuma proposta, encarregando-se para esse fim a Comissão Sindical, que depois discutirá com os trabalhadores.

Entretanto no decorrer do plenário várias posições foram tomadas.

POSIÇÕES REFORMISTAS

As posições reformistas, defendidas por um delegado sindical dos escritórios, ficaram tão claras que passaremos a transcrever alguns passos da sua intervenção. Focou este senhor, "a necessidade de manter as empresas vivas, para que uma vez instaurado pelos governantes um sistema em que o capital e o trabalho colaborem efectivamente em vez de se combaterem, e que um explore o outro, possamos então viver uma vida melhor", será que este senhor desconhece a existência da luta de classes?

será que este Sr. acha que os operários produzindo oito horas por dia, das quais sete são para o patrão, que não faz nada, será que este senhor acha que os trabalhadores podem colaborar com os patrões? De que lado estará ele? Parece-nos que a melhor resposta foi dada por um operário logo a seguir à sua "brilhante intervenção": "Acabamos de ouvir a opinião de um delegado sindical, mas parece que é só dele e do patrão. Parece que não é a nossa".

E assim é na realidade. Porque se algumas vezes, sempre fora da luta, os belos discursos reformistas e de colaboração de classes, ainda conseguem enganar alguns trabalhadores, é um facto quem todos os locais onde as classes trabalhadoras travam lutas contra o seu inimigo de classe-a burguesia, estas são sempre ultrapassadas e desmascaradas. A ITT está pronta a dar um golpe e os trabalhadores não podem permiti-lo. Porque entre outras coisas, a aceitação desta proposta, significa uma "redução nos ordenados para 60%. E o senhorio, o merceiro, o padeiro e outros, certamente não se compadecem de nós cobrando somente 60% das mercadorias que compramos para satisfazer as nossas necessidades. E em casa a família também não se contentará, satisfazendo somente 60% das suas necessidades", segundo disse um operário.

NÃO AOS DESPEDIMENTOS

"Para dar caminho aos problemas", é preciso não ceder face às manobras do patronato. Uma operária toma a palavra e diz que, para isso é preciso: "1-Não consentir os despedimentos seja a quem for, 2-Não consentir uma tal diminuição do salário, que vai dando cada vez para menos. 3-Que o patronato não nos tire aquilo a que temos direito. 4-Não irmos para casa em semanas alternadas a ganhar só 3.300\$00."

E continua: "Camaradas, será que o ordenado do nosso administrador, que dizem ser de 180 contos, também será reduzido para 3.300\$00. Não! Porque a crise do trabalho só atinge os trabalhadores. Porque o ordenado dos

administradores continua em vigor.

Camaradas, será que o patronato quer diminuir o nosso ordenado para serem mais os lucros destinados aos armamentos da reacção? Ou será para pagar aos capitalistas do Chile para causar milhares de mortos e reduzir o povo à miséria? Serk que a ITT quer fazer o mesmo em Portugal? Não vamos consentir, porque apesar da ITT ser muito poderosa não pode opor-se ao mundo inteiro".

O TELEGRAMA A COSTA GOMES

Foi aprovado o envio de um telegrama ao Presidente Costa Gomes, nessa altura nos EUA, no sentido de este interceder junto do governo americano, para impedir a vaga de despedimentos que a ITT pretende fazer.

Será com telegramas ou outros processos no género que os trabalhadores se poderão defender das manobras sujas do imperialismo?

Será desta forma que se desenvolve uma política anti-monopolista consequente?

Por várias afirmações feitas por trabalhadores durante o plenário, ficou bem definido que a conciliação capital-trabalho é impossível. Não será, portanto, pedindo aos representantes do capital que digam aos capitalistas para não fazerem despedimentos, que os trabalhadores conseguirão que tal não aconteça. Como disse uma operária já no final do plenário, a tarefa actual dos trabalhadores é "LUTAR PELA UNIÃO DA CLASSE, NÃO AOS DESPEDIMENTOS E NÃO AS MANOBRAS IMPERIALISTAS."

FILIGRANA... E OS DESPEDIMENTOS

Também aqui, como em todo o lado, é o suor dos trabalhadores utilizado na criação de delicados barquinhos de oiro (neste "pais de marinheiros..."); dentro de cada caravela de filigrana que o turista leva, vai uma recordação que poucos lembram - a sobreexploração dos trabalhadores que a construíram.

Distribuídos por 7 distritos do Norte do país, cerca de 2000 operários, trabalhando em perto de 800 empresas (das quais só meia-dúzia explora mais de meia centena de operários), defrontam uma vaga de despedimentos que roça hoje pelas duas centenas.

É evidente que estes despedimentos não são causados pela falta de encomendas (como diz sempre o patrão), porque, no próprio momento em que os despede, o patrão "sossega" os operários dizendo-lhes que não ficarão sem trabalho, pois lhes mandará que fazer para casa (impondo o pagamento por peça manufacturada, nas condições que lhe interessem, e sem encargos).

Tendo anteriormente decorrido, através do Sindicato dos Oficiais de Ourevesaria e Ofícios Correlativos, negociações para alteração da tabela de vencimentos (que incluía regalias sociais, como o pagamento integral do 13.º mês), os representantes do patronato, antes de assinarem o acordo, distribuíram uma circular "avisando" os industriais dos termos em que estava a ser feito. Assim, os patrões puderam despedir os operários, antes de ter entrado em vigor o novo acordo, pagando-lhes, portanto, indemnizações mais baixas.

A dispersão dos trabalhadores por um grande número de pequenas empresas, espalhadas pelo Norte do país (embora mais concentradas nos arredores do Porto), limita, neste momento, os meios e as formas de luta que poderiam opor às manobras do patronato.

Eis uma boa ocasião para o Governo Provisório e os partidos da coligação demonstrarem na prática o que têm feito por palavras:

ESTAR AO LADO DOS TRABALHADORES, NACIONALIZANDO AS EMPRESAS QUE AMEACEM DESPEDIMENTOS POR DIFICULDADES ECONÓMICAS OU POR SABOTAGEM. EM FRENTE PELAS NACIONALIZAÇÕES SEM INDENIZAÇÃO.

da nossa aldeia e com todas as aldeias.

Mas unidos não é unidos com toda a gente. A união para a vitória é só uma:

A união dos operários com os camponeses.

Camaradas, quem faz a convenção são os trabalhadores todos. Não é só o sindicato.

Não podemos esperar com calma pela "burra do leite" que certos partidos nos prometem.

RECUAR, NUNCA!
AVANÇAR SEMPRE!

Com todas as aldeias unidas O FASCISMO NÃO PASSARÁ VIVA O M.F.A.

OPERÁRIOS, CAMPONESES, SOLDADOS:

TRABALHO E ARMAS UNIDOS VENCERÃO!

ABAIXO O CAPITALISMO!
VIVA A CLASSE TRABALHADORA!

VIVA O COMUNISMO!

comunicado COMITÉ ALENTEJO VERMELHO

Do Comité Alentejo Vermelho, organização sem vinculação partidária, recebemos o seguinte apelo dirigido aos trabalhadores rurais do Alentejo e que foi distribuído em 60 aldeias alentejanas:

CAMARADAS

As bestas fascistas tentaram um primeiro golpe.

Experimentaram a força do povo e foram derrotados.

Eles vão tentar e dessa vez vão fazer sangue. Na próxima já não espalham cartazes a avisar.

Os milhares de contos que eles gastaram mostram que o perigo do fascismo vem dos ricos, vem dos patrões.

Os grandes lavradores do Alentejo deram apoio ao golpe fascista: foi preso um tal Diogo Passanha, figura sinistra de vampiro do sangue dos trabalhadores. Mas a gente sabe que todos os outros são fascistas à mesma.

Já de há tempos que os grandes lavradores andavam falando baixinho, dizendo que isto ia dar porrada, e que só à porrada é que os trabalhadores aprendem.

Os latifundiários, os grandes agrários continuam olhando os pobres de esguelha como as feras. Esgavatam a terra com as patas preparando o assalto.

O uqe é que a gente vai fazer para abater a fera?

Deixemo-la estafalhada camaradas isolados? Não! Vamos mas é esparteará-la TODOS UNIDOS:

Antes do 25 de Abril os patrões andavam como as feras na selva a comer o que lhes dava na gana.

Mas veio o 25 de Abril: os trabalhadores exigem os seus direitos, maiores salários e trabalho todo ano, exigem as terras cultivadas e conquistam as 48 horas.

Ora a partir daqui a fera sentense encurralada. Estrapucha como doida e aponta os dentes à barriga dos trabalhadores.

A LUTA É DE VIDA OU DE MORTE

Que ninguém tenha ilusões.

Um dos lutadores tem que vencer, o outro tem que sair vencido!

A HORA DO COMBATE CHEGOU!

O clarim da revolta camponesa ouve-se estridente por esses campos fora. Em Ourique, S. Marcos, Messejana, Castro Verde, Albernôa, Entradas, Ervidel, S^a Vitória, Beringel, Cuba, Alvitio, Viana, Pedrogão, Baleizaão, Quintos, Margem Esquerda de Ficalho a Barrancos, Sobral, Val de Vargo e Pias. Toño o Alentejo grita revolta. Os trabalhadores não podem mais recuar ou estar parados.

Vamos ferir a fera até ela cair. Já lhe cravámos um punhal de aumento das jornadas e a fera assulapou-se.

Agora vê o sangue a escorrer-lhe do corpo e ataca mais furioso. Os patrões ficam como feras quando vêem os trabalhadores agitar a

bandeira vermelha do comunismo, a bandeira da libertação.

O 25 de Abril veio pôr nos braços erguidos dos trabalhadores a bandeira da libertação da miséria. O medo passou. As feras andam perdidas de ódio.

Contra os ataques dos patrões-feras, os trabalhadores respondem com acções revolucionárias.

Se voltarmos as costas serão eles que nos matam à traição.

Por isso como é que VAMOS FAZER?

Já vimos que o punhal da primeira convenção a fera espirrou com ele. Derramou sangue mas sacudiu com o punhal fazendo despedimentos: (4000 em Évora e milhares no distrito de Beja).

Agora vamos cravar-lhe outra convenção no lombo. Mas esta vamos cravá-la mais funda para ele não poder sacudi-la. Quer dizer: nós fizemos uma convenção, eles trataram a convenção, mas agora não vamos recuar.

Vamos avançar e impor uma convenção melhor.

Nesta luta contra os patrões, para o ganhar, outro tem que perder.

E quem quer perder aquilo que é de direito?

Na nova convenção tem que ficar o seguinte:

1º - AS JORNAS NÃO PODEM BAIXAR

Porque a vida custa todos os dias mais cara.

2º - OS DESPEDIMENTOS

TEM QUE ACABAR

Porque nós não temos dinheiro no banco; nós só vivemos do nosso trabalho. E se falta trabalho é miséria e ruína para o país.

3º - AS TERRAS ABANDONADAS TEM QUE SER CULTIVADAS

Para não faltar trabalho e pão.

4º - MANTER COM UNHAS E DENTES A CONQUISTA DAS 48 HORAS

Um direito de todos os trabalhadores.

Para o país mudar não basta mudar ministros e generais, é preciso mudar a sorte dos trabalhadores. E é essa sorte, a sorte dos que trabalham que tem de mudar.

Trabalhadores do Alentejo.

CAMARADAS

Aproximam-se combates decisivos no nosso país.

A classe operária em Lisboa, Barreiro, Setúbal e Porto dão-nos o exemplo de como se vence a ganância dos capitalistas.

Vamos seguir o exemplo dos nossos camaradas operários da Lisnave, da Mabor e outras fábricas. Eles unidos vão pondo os patrões de rastos.

SÓ UNIDOS VENCEREMOS UM POR TODOS: TODOS POR UM!

As aldeias do alentejo têm que estar todas unidas. Unidos dentro

LUTA DE CLASSES

1. O conceito de luta de classes. 2. Os diferentes tipos de luta de classes. 3. Formas da luta de classes. 4. Estratégia e tática na luta de classes. 5. A revolução: o aspecto culminante da luta de classes.

1. CONCEITO DE LUTA DE CLASSES

Em nível da conjuntura política as classes sociais só podem ser concebidas como «práticas de classes», e como as classes são grupos com interesses opostos, estas práticas de classe tomam o carácter de luta de classes. (1) E é justamente esta luta de classes, realizada dentro dos limites fixados pela estrutura social, que nas sociedades de classe constitui o motor da História.

Pois bem, Marx não descobriu as classes nem a luta de classes. Sua grande contribuição foi passar da descrição da existência das classes sociais para o conhecimento da origem destas classes e, por isso, pôde dar-nos a LEI que rege a luta de classes.

É isto que nos diz Engels no seguinte texto:

«Marx foi precisamente o primeiro que descobriu a grande lei que rege a marcha da História, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, no religioso, no filosófico ou em outro terreno ideológico qualquer, não são, em realidade, mais que a expressão, mais ou menos clara, de lutas entre classes sociais, e que a existência, e por isso também os choques destas classes, estão condicionados, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da situação económica, pelo modo de sua produção e de sua troca, condicionado por esta. Essa lei... tem para a história a mesma importância que a lei da transformação da energia para as ciências naturais...» (3)

Vejam agora o que se entende por luta de classes.

Chama-se luta de classes ao confronto que se produz entre os operários de uma fábrica ou profissão e seus patrões?

Vejam como Lênine responde a esta pergunta:

«Não, não são mais que seus débeis coelhos. A luta dos operários se converte em luta de classe só quando os representantes avançados da classe operária de um país adquirem consciência de que formam uma classe única e empreendem a luta não contra patrões isolados, mas contra toda a classe capitalista e contra o governo que apoia a essa classe. Só quando cada operário se considera membro de toda a classe operária, quando vê em sua pequena luta quotidiana contra um patrão ou funcionário uma luta contra toda a burguesia e contra todo o governo só então sua luta se transforma em luta de classe.» (4)

Chama-se LUTA DE CLASSES ao confronto que se produz entre duas classes antagónicas quando lutam pelos seus interesses de classe.

A luta de classes aparece quando uma classe se opõe a outra em acção, e, portanto, só aparece em determinado momento do desenvolvimento dum sociedade. Em outras fases de sua evolução, a luta de classes pode aparecer apenas em germe, como no caso de lutas isoladas entre os operários de algumas fábricas e seus patrões, ou nas lutas que, embora mobilizem toda a classe, não conseguem se elevar até o nível de seus próprios interesses de classe; ou como uma luta oculta, latente, quando não existe luta aberta mas descontentamento latente, oposição surda. (5)

Pois bem, a luta de classes se dá em três níveis que correspondem aos três níveis ou estruturas regionais que fazem parte da estrutura social global:

LUTA DE CLASSES:

- a) Luta económica (em nível da estrutura económica)
- b) Luta ideológica (em nível da estrutura ideológica)
- c) Luta política (em nível da estrutura política)

2. OS DIFERENTES TIPOS DE LUTA DE CLASSES

a) A luta económica é o confronto que se produz entre as classes antagónicas em nível da estrutura económica. Este confronto se caracteriza pela resistência que as classes exploradas opõem, a este nível, às classes exploradoras.

Lênine define da seguinte maneira a luta económica do proletariado:

A luta económica é a luta colectiva dos operários contra os patrões a fim de conseguir condições vantajosas de venda de sua força de trabalho, melhorar as condições de trabalho e de vida dos operários. Esta luta é, necessariamente, uma luta profissional, porque as condições de trabalho são em extremo variadas nos diferentes ofícios e, portanto, a luta pela melhoria dessas condições tem de realizar-se forçosamente, por ofícios tem. (6)

b) A luta ideológica

A luta de classes manifesta-se, também, em nível ideológico da mesma forma que uma luta entre a ideologia da classe explorada contra a ideologia da classe exploradora. (7)

Na sociedade capitalista esta luta é travada entre a ideologia burguesa e todas as suas formas de manifestação, e a ideologia proletária baseada na teoria marxista da História.

Para que esta luta alcance êxito deve, diferentemente das demais formas de luta, atacar o inimigo no ponto em que é mais forte, isto é, onde estão os melhores expoentes da ideologia da classe dominante. Muitas vezes se critica esta ideologia simplificando-a pela escolha dos seus expoentes mais fracos. Isto permite, com frequência, ao inimigo ganhar terreno em lugar de fazê-lo retroceder. (8)

c) A luta política

A luta política é ataque frontal que se produz entre as classes em sua luta pelo poder político, isto é, na luta por apoderar-se do Estado.

Isto é o que Lênine diz no seguinte texto:

«Toda a luta de classes é uma luta política. É sabido que estas palavras de Marx, de profundo sentido, foram compreendidas erroneamente pelos oportunistas, que tentaram falseá-las, subjugadas as ideias liberais. Entre os oportunistas figuravam, por exemplo, os «economistas» irmãos mais velhos dos «liquidadores». Os «economistas» supunham que qualquer choque entre as classes já constitui uma luta política. Por isso reconheciam como «luta de classes» a luta por cinco copeks para cada rublo, não querendo ver a existência de uma forma superior, mais desenvolvida e mais nacional de luta de classes, pela política. Os «economistas» reconheciam, portanto, a luta de classes em sua forma embrionária, não a acentuando em seu aspecto mais desenvolvido. Em outras palavras, os «economistas» admitiam unicamente na luta de classes o que era mais tolerável do ponto de vista da burguesia liberal, recusando-se a ir mais longe que os liberais e rechaçando uma luta de classes mais elevada, inaceitável para os liberais. Deste modo, os «economistas» se converteram em políticos liberais operários e repudiaram, com isso, a concepção marxista, revolucionária, da luta de classes.



Continuemos. Não basta que a luta de classes só seja autêntica, conseqüente e elevada quando abrange a política. Também em política pode limitar-se a pequenos detalhes e pode calar mais fundo, até os alcêrceres. O marxismo proclama que a luta de classes demanda pleno desenvolvimento e é «nacional» unicamente quando não só abrange a política mas também dela toma o mais essencial: a organização do poder do Estado.

Ao contrário, o liberalismo, quando o movimento operário adquiriu certo rigor, já não se decide a repudiar a luta de classes, mas procura apesquizar, mutilar e castrar a concepção de luta de classes. O liberalismo está disposto a aceitar também a luta de classes no terreno da política, com a única condição de que aquela não abarque a organização do poder do Estado. É fácil compreender quais são os interesses da classe burguesa que originam esta deformação liberal do conceito de luta de classes. (9)

Do que ficou dito anteriormente podemos concluir que existem três tipos fundamentais de luta de classes: económica, ideológica e política.

Estes diferentes tipos não existem, todavia, separados uns dos outros, mas fundidos em uma só unidade que constitui a luta de classes propriamente dita ou ataque frontal de uma classe contra outra.

Isto posto, em toda conjuntura política existe uma determinada forma de fusão destes diferentes tipos de luta, na qual um deles desempenha o papel dominante. Em um determinado momento histórico pode ser a luta ideológica o ponto nodal estratégico da luta de classes; em outros casos pode ser a luta económica ou a política.

Como entender, então a afirmativa de Marx de que toda luta de classes é uma luta política?

Pensamos que se deve entender esta afirmativa no sentido de que o defrontar-se definitivo das classes antagónicas só se verifica quando a classe oprimida passa a questionar o sistema de poder que torna possível sua condição exploradora. Para que exista um ataque frontal verdadeiro das classes não basta a luta económica, nem a luta ideológica, é necessário passar ao nível da luta política, da luta pelo poder. Só neste momento é que a luta de classes adquire todo o seu conteúdo. Até então trata-se apenas de ataques parciais que não põem em questão o sistema que permite a reprodução das classes antagónicas enquanto tais. Por isso Lênine diz que a luta dos operários se converte em luta de classe só quando os representantes avançados da classe operária de um país adquirem consciência de que formam uma classe operária única e empreendem a luta não contra patrões isolados, mas contra toda a

classe capitalista e contra o governo que apoia a essa classe. (10)

Afirmar, porém, que a luta política é a luta de classes por excelência não implica negar a importância que tem a luta económica. A necessidade deste tipo de luta foi reconhecida, desde o princípio, pelo marxismo.

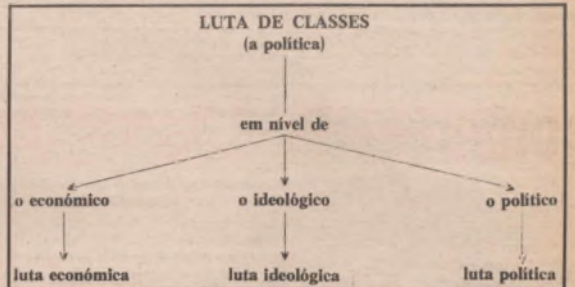
Marx e Engels criticavam os socialistas utópicos por desprezarem este tipo de luta. Na resolução do Congresso da Associação dos Trabalhadores, de 1866, punha-se em guarda contra dois desvios:

exagerar sua importância e subestimá-la.

Antes de passarmos ao próximo ponto, esclareçamos dois conceitos que se confundem comunmente: «o político» e «a política».

Entenderemos por «o político» o aparelhamento jurídico-político de uma sociedade. Neste sentido a luta política é uma luta no terreno ou nível do «político».

Entenderemos por «a política» o campo da acção política, isto é, a luta de classes em uma conjuntura política determinada.



3. FORMAS DA LUTA DE CLASSES

Pois bem, cada um destes tipos de luta que se desenvolve em uma frente ou nível determinado pode assumir formas distintas: legal ou ilegal, pacífica ou violenta.

Por exemplo: na frente económica — greves, marchas da fome, diminuição do ritmo de trabalho, ocupação de fábricas e assim por diante.

Na frente ideológica: publicações, emissões de rádio e televisão de orientação revolucionária; utilização revolucionária das concentrações políticas e campanhas eleitorais, etc..

Na frente política: luta eleitoral, insurreição armada, guerra popular (com suas diferentes formas; guerra de guerrilhas, guerra de posições e guerra de movimentos), e assim por diante.

Vejam agora quais são, segundo Lênine, as exigências fundamentais que todo marxista deve apresentar ao examinar a questão das formas de luta.

«Em primeiro lugar, o marxismo se distingue de todas as formas primitivas do socialismo porque não liga o movimento a uma única forma determinada de luta. O marxismo admite as formas de luta mais diversas; além disso não «inventa», antes generaliza, organiza e dá um carácter consciente às formas de luta das classes revolucionárias que surgem por si mesmas no

curso do movimento. Inimigo absoluto de toda fórmula abstrata, de toda receita doutrinária, o marxismo exige que se preste muita atenção à luta de massas que se está desenvolvendo, a qual, à medida que o movimento se estende, à medida que cresce a consciência das massas, à medida que as crises económicas e políticas se acentuam, gera procedimentos sempre novos e sempre mais diversos de defesa e ataque. Por isto o marxismo não rechaça, a priori, nenhuma forma de luta. O marxismo não se limita, em nenhum caso, às formas praticáveis e existentes apenas em um determinado momento. Antes admite o aparecimento inevitável de formas novas de luta, desconhecidas dos militantes de um dado período, ao mudar a conjuntura social. O marxismo, neste sentido, aprende, por assim dizer, da prática das massas, e não pretende ensinar a estas as formas de luta inventadas por «sistemadoras» de gabinete. Sabemos — dizia, por exemplo, Kautsky, ao examinar as formas da revolução social — que a próxima crise nos trará novas formas de luta que não podemos prever agora.

Em segundo lugar, o marxismo exige que a questão das formas de luta seja considerada de um ponto de vista absolutamente histórico. Colocar esta questão fora da situação histórica concreta significa não compreender nem mesmo o ABC do materialismo dialético. Nos diversos momentos da evolução económica, segundo as diferentes condições políticas, a cultura nacional, as costumes, etc., aparecem em primeiro plano diferentes formas de luta, que se fazem preponderantes, e em relação com isto se modificam, por sua vez, as formas secundárias, acessórias. Querer responder sim

pormenor a situação concreta do movimento, no estado determinado de seu desenvolvimento, significa abandonar completamente o terreno do marxismo.

Estes são os princípios teóricos fundamentais que devem guiar-nos. (11)

4. ESTRATÉGIA E TÁTICA NA LUTA DE CLASSES

Mas um partido marxista-leninista não deve limitar-se a seguir as formas de luta que surgem espontaneamente nas massas trabalhadoras. Deve elevar estas formas de luta até que se transformem nos meios mais adequados para a realização de seus interesses de classes.

Pois bem, nem sempre os interesses de classe podem realizar-se de maneira imediata. Às vezes é necessário passar por uma primeira etapa em que só se prepara o terreno para se realizar estes interesses de classes. Em uma primeira etapa, por exemplo, o proletariado poderia unir-se ao campesinato e a certos sectores populares a fim de realizar tarefas democrático-burguesas. Depois, em uma segunda etapa, após haver demonstrado sua capacidade como força dirigente nas tarefas democrático-burguesas, o partido do proletariado, apoiado nas massas populares, poderia começar a realizar as tarefas da supressão definitiva da exploração social. Este tem sido, por exemplo, o caso da revolução chinesa e da revolução cubana.

Portanto, supondo a necessidade de uma primeira etapa de luta, etapa que provavelmente não seria necessária nos países de desenvolvimento capitalista avançado, todo partido revolucionário deveria estabelecer para si um programa mínimo, (12) no qual figurariam as metas da primeira etapa e um programa máximo que realizaria, finalmente, a supressão de toda exploração.

Pois bem, fixado o programa mínimo próprio à primeira etapa de desenvolvimento da luta de classes, torna-se necessário o estabelecimento de uma estratégia geral de luta para atingir estes objectivos.

Não basta, porém, estabelecer uma estratégia geral; para realizar estes fins estratégicos é necessário poder mobilizar as massas, visto como sem participação das massas não há revolução. E para mobilizar as massas é necessário partir de seus interesses espontâneos imediatos. Não se podem propor às massas fórmulas abstratas; é necessário propor-lhes fórmulas concretas de acção, de acordo com a conjuntura política de cada momento.

Estas fórmulas concretas de acção constituem as diferentes táticas de um partido. As instruções políticas são apenas frases curtas, que têm a função de ideias-forças, nas quais o partido sintetiza estas fórmulas concretas de acção.

Só um partido que tem contacto com as massas, que conhece seus interesses imediatos, que conhece seu potencial revolucionário, pode estabelecer as instruções táticas adequadas a cada momento



histórico. A precisão das posições táticas de um partido revolucionário faz com que as massas cheguem a reconhecê-lo como sua vanguarda.

Os partidos que não têm contacto com as massas tendem a lançar instruções abstratas que podem ser corretas do ponto de vista estratégico, mas que carecem de significação para as massas, uma vez que não aparecem ligadas de maneira alguma com seus interesses espontâneos imediatos.

É, portanto, na luta e não nas declarações onde se reconhece a verdadeira vanguarda revolucionária.

5. A REVOLUÇÃO SOCIAL: O ASPECTO CULMINANTE DA LUTA DE CLASSES

À medida que se desenvolvem as contradições da sociedade (13) a luta de classes adquire um carácter mais agudo, até que chega um momento quando as classes oprimidas conseguem apoderar-se do poder político e começam a destruir as antigas relações de produção.

Este processo consciente e violento de destruição das antigas relações de produção e, portanto, das classes sociais que são seus portadores, é o que o marxismo denomina **revolução social**. (14)

Pois bem, toda revolução social é o resultado de um conjunto de factores objectivos e subjectivos.

Os factores objectivos são as mudanças objectivas operadas na conjuntura nacional e internacional. São a base material da revolução.

O conjunto de factores objectivos necessários ao desencadeamento de uma revolução constitui o que Lênine denominou **SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA**.

Vejamos o que diz ele a respeito deste ponto em seu artigo **O fracasso da II Internacional**, escrito dois anos

«Para um marxista não resta dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas toda situação revolucionária conduz a uma revolução. Quais são, de maneira geral, os índices de uma situação revolucionária? Estamos certos de não equivocarmo-nos se indicarmos estes três princípios: 1) Impossibilidade para as classes dominantes de manter, sem alterações, as formas de sua dominação; crise - nos de cima; crise da política da classe dominante, que produz brecha pela qual se abre passagem ao descontentamento e à indignação das classes oprimidas. Para que a revolução avance não basta que -os de baixo o queiram- — é preciso, também, que -os de cima não possam- continuar vivendo como até aqui. 2) Agudização, acima do normal, da pobreza e da miséria das classes oprimidas. 3) Considerável elevação, como consequência das classes indicadas, da actividade das massas, que nos períodos -pacíficos- se deixam despojar caladamente, mas que nos períodos turbulentos se vêem empuxadas tanto pela situação de crise como -pelos próprios de cima- a uma situação histórica independente. Sem estas mudanças objectivas, independentes da vontade, não de tais ou quais grupos ou partidos, mas também de tais ou quais classes, a revolução é, em regra geral, impossível. É o conjunto destas mudanças objectivas que constitui uma situação revolucionária.» (15)

Louis Althusser define esta situação revolucionária como «uma acumulação e exasperação de contradições históricas» que se fundem em uma unidade de ruptura. (16)

Mas a História tem conhecido numerosos casos de situações revolucionárias que não conseguiram transformar-se em revoluções vitoriosas, como, por exemplo, na década de 60 do século passado na Alemanha, em 1905 na Rússia, no primeiro ano da primeira guerra imperialista mundial, em vários países da Europa, etc..

Isto nos mostra que as condições objectivas não bastam. Para passar de uma situação revolucionária a uma revolução vitoriosa é necessário que as condições objectivas se acrescentem as condições subjectivas.

«... a revolução não surge de toda situação revolucionária, mas somente do caso onde a todas

mudanças objectivas já enumeradas se acrescenta uma mudança subjectiva, que é a seguinte: a capacidade da classe revolucionária para realizar actos revolucionários de massa suficientemente vigorosos a ponto de romper completamente (ou parcialmente) o antigo governo, que não «cairá» nunca, mesmo na época de crise, se não for «derrubado». (17)

Isto posto, é importante assinalar que estas condições objectivas e subjectivas que eram, para Lênine, as condições necessárias para que a insurreição geral triunfasse, não podem ser usadas, portanto, como critério para determinar o momento em que se deve começar uma guerra popular prolongada que tem como um de seus objectivos, justamente, criar as condições da revolução social.

NOTAS:

(1) POULANTZAS, N., *Classes sociales y poder político en el Estado capitalista*. Siglo XXI, México, 1969, p. 100.

(2) MARX, El diechocho Brumario de Luis Bonaparte. *Obras Escogidas*, t. 1, p. 149&232.

(3) LÉNINE, «Nossa tarefa imediata», t. 4, pp. 195-196, ed. russa. Citado em Marx, Engels, Lênine Sobre el comunismo científico, ed. Progreso, Moscú, 1967, p. 149.

(4) BUJARIN: *La théorie du matérialisme historique* (Manuel populaire de sociologie marxiste), Anthropos, Paris, 1967.

(5) LÉNINE, «Quê hacer?», T. I, p. 168.

(6) No capítulo sobre ideologia vimos a existência de diferentes tendências ideológicas que correspondiam às diferentes classes sociais.

(7) «Na frente ideológica... a derrota dos auxiliares e dos partidários menores tem uma importância quase insignificante; nela é preciso combater os mais iminentes...»

Uma ciência obtém a prova de sua eficácia e vitalidade quando demonstra que sabe enfrentar os grandes campeões das tendências opostas, quando resolve com seus próprios recursos os problemas vitais que este apresentaram, ou demonstra, peremptoriamente, que tais problemas são falsos.-GRAMSCI, *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, p. 134.

(8) LÉNINE, «La concepción liberal y marxista de la lucha de clases», ed. russa, t. 19, pp. 97-98. Em Marx, Engels, Lênine, op. cit., p. 15.

(9) LÉNINE, *Nuestra tarea imediata*, t. 4, pp. 195-196, ed. russa. Citado em Sobre el comunismo científico, ed. Progreso, Moscú, 1967, p. 149.

(10) LÉNINE, *La guerra de guerrillas*, t. 9, *Obras completas*.

(11) Programa mínimo que é o melhor programa para esta etapa e, portanto, o único programa verdadeiramente revolucionário, já que é o único que permite fazer o processo avançar. Muitos programas mais revolucionários no papel podem chegar a ser um freio para a revolução se pretendem ser aplicados de imediato. Para aclarar o que pretendemos dizer vamos dar um exemplo: se um exército patriótico ainda não suficientemente forte pretende libertar o país dum exército inimigo muito poderoso que o tenha invadido, deve concentrar todas as suas forças para vencerlo. Seria incorrecto pretendir libertar todo o país simultaneamente dispersando suas escasas forças. Para poder libertar realmente todo o território e não cair derrotado no primeiro combate, o exército deve libertar primeiro certas zonas estratégicas, aquelas que permitem debilitar mais rapidamente o inimigo, deixando ainda momentaneamente nas suas mãos outras zonas.

O ideal seria libertar todas as zonas ao mesmo tempo, mas quando o ideal não corresponde à realidade das forças com as quais se conta, tratar de conseguirlo custe o que custar se transforma, no final de contas, no principal entrave para conseguirlo. Só avançando por etapas se logrará conseguir o objectivo final: libertar todas as zonas nas mãos do inimigo. Isto posto, não significa afirmar que é necessário desmobilizar as zonas não estratégicas para que elas esperem de braços cruzados a libertação final. Pelo contrário, estas zonas devem estar mobilizadas porém suas acções devem ser coordenadas e subordinadas ao objectivo principal.

(12) Ver cap. 10, p. 191.

(13) Ela não tem nada a ver com o simples processo de libertação política (independência dos países latino-americanos), nem com uma simples mudança de governo por via d um golpe militar.

(14) LÉNINE, *Obras completas*, t. 21, pp. 189-190, ed. francesa.

(15) *La revolución teórica de Marx*, pp. 77 e ss.

(16) LÉNINE, *O fracasso da II Internacional*.

TEXTO DE: MARTA HARNECKER DO LIVRO: «CONCEITOS ELEMENTARES DO MATERIALISMO HISTÓRICO»

TIMOR Memorandum

As garras do colonialismo português cravaram-se também lá longe na Indonésia... Lá onde também foi possível prolongar uma feroz dominação até aos nossos dias, sobre um povo de apenas 600 000 habitantes, cujas tentativas de sacudir o jugo puderam ser facilmente neutralizadas, que não vencidas...

Publicamos um extrato de um memorandum sobre o massacre perpetrado pelas autoridades coloniais portuguesas sobre o povo timor da circunscrição de Viqueque no Timor Português em 7 de Junho de 1969.

MEMORANDUM

«Os cidadãos nativos são obrigados a prestar semanalmente 5 ou 6 dias de serviços gratuitos — se não for mais — na limpeza da Vila e outros intitulados «mata bicho». Além disso os chefes dos sucros recrutam para seus serviços mensais também gratuitos e sem alimentação — naturalmente com consentimento das autoridades locais — 30, 40 e 50 homens, conforme o número de pessoas que possui cada suco, além de mulheres e crianças. Ora, como é que essas criaturas podem ter tempo de fazer suas hortas para seu sustento e de suas famílias? Como é que arranjam dinheiro para pagamento do imposto domiciliário, criado pelo Diploma 470, de 1966, de que são colectados? Mais ainda: Esses desgraçados (homens e mulheres) são obrigados a levar, puxando, é claro, troncos de 2500 e tal kilos de peso cada, numa distância de 20 km, de dia e de noite, muitas vezes de baixo de chuva, para construção e

reconstrução de pontes, sem salários nem alimentação, quando no orçamento geral da Colónia há verba especial para isso. Há alguma disposição da Lei que assim o determina?

A Companhia de «Timor Oil» da Austrália ao começar com os trabalhos de pesquisa e sondagem de petróleo em Aliambata, área de circunscrição de Viqueque, solicitou à Administração local lhe fosse fornecido pessoal timorense necessário para tais serviços oferecendo como salários mínimos mensais \$300,00, \$90,00 (patacas) respectivamente, a cada operário e trabalhador, por tratar-se de tarefas suas árduas. O pedido foi anuído sem mais dilação, como não podia deixar de ser, com a seguinte redução feita pelo administrador da Circunscrição: para operário — \$90,00; para trabalhador — \$21,00; e os homens são levados como carneiros, claro está contra vontade, sob ameaça de serem chicoteados e presos se não se conformassem com os salários atribuídos. Isto é consciencioso?

Em face de tudo isto vê-se claramente que os nativos estão sujeitos a uma vida tão oprimida que nem têm a liberdade de pedir por seu trabalho um ordenado digno.

O citado diploma 470 de facto extinguiu o indignato em Timor, mas, infelizmente, nem por isso os seus filhos gozam dos direitos e regalias que a lei lhes concede na qualidade de cidadãos livres, de que são merecedores, segundo os factos atrás mencionados, pois a palavra «cidadão» para eles não existe.

Continua pág. 7

A Organização Autónoma

Continuação pág. 3

essas decisões vão contra a sua tática.

A assembleia é o melhor sítio para desmascarar os opoportunismos. Ali que tudo se deve pôr e não fora dali, seja onde for.

A comissão de trabalhadores, eleita em assembleia, é mera executante das decisões da assembleia. A assembleia é que delibera, é deliberativa, e a comissão é executiva. A comissão tem que cumprir as propostas e moções aprovadas e só essas. E se lhes fugir deverá ser criticada ou demitida.

Esta é a única forma de garantir que os trabalhadores conta de si próprios e tomam um não deixam a defesa dos seus interesses por mãos alheias.

ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA REIVINDICATIVA E ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA POLITICA

Mas a organização autónoma actualmente constituída pelas comissões de trabalhadores é uma organização para fins reivindicativos. Não é puramente política, nem se organizou com esse fim. Não é igual ao que foram os Sovietes da Revolução Russa, nem a outros Sovietes que por essa altura se formaram noutros países da Europa.

No entanto, muitas das assembleias e muitas das comissões assumem já um carácter directamente político. A exigência de saneamento nas empresas e as comissões de saneamento são só políticas. E poderá dizer-se que as reivindicações e a luta rei-

vindicativa não o sejam? A reivindicação faz parte da luta de classes e é sempre uma luta do trabalhador contra o patrão. Mas muitas vezes é feita sem que o trabalhador perceba inteiramente o seu papel, o processo histórico e a necessidade de organização para o derrube da burguesia. No entanto, em Portugal, pelo acentuado grau de exploração e pelas péssimas condições de vida, as massas tomam rapidamente consciência de que só a alteração da estrutura económico-social pode ser solução. Daí o elevado grau de politização das assembleias de operários, de espantar num país que viveu quarenta e oito anos de fascismo. Daí o reformismo ser desmascarado em muitas assembleias, de forma que será surpreendente para os operários mais conscientes doutros países da Europa. Daí o conteúdo e a linguagem dos boletins saídos nalgumas empresas.

E de esperar portanto que as comissões actuais se transformem em comissões políticas ou que, numa altura de crise, haja eleições de novas comissões, puramente políticas. Tal como agora para elas entrarão homens que se sabe que são deste ou daquele partido, ou que não têm partido. Mas estão lá apenas porque têm a confiança dos trabalhadores. Essa será a organização autónoma política unitária dos trabalhadores. E essa será a sua legítima representante. E aqui se entende unidade como sendo na base e na acção.



TIMOR Memorandum

O Sr. sub-secretário de Estado do Ultramar, quando em 1956 foi em visita oficial àquela colónia, proibiu rigorosamente o uso de palmatórias e chicotes nas secretarias da Administração do concelho de Dili, circunscrições e postos administrativos, por constituir um castigo ilegal tanto mais que castigos corporais, segundo dizem, foram já abolidos há muitos anos em todo o território português. Mas, infelizmente, mal que esse membro do governo regressou, sem mais delongas, puseram novamente esses terríveis castigos em plena acção, continuando assim a martirizar o desgraçado do povinho sem dó nem compaixão. Por conseguinte são desta forma executadas as ordens e leis emanadas do Governo Central naquela infeliz e longínqua terra de Timor.

Em junho de 1959 quando se deu o acontecimento, toda a gente — incluindo nós os dezasseis que cá estamos — meteu-se no mato, como era muito natural, a aguardar a decisão dos cabecilhas de Dili e outros pontos da colónia que tomaram parte na organização do plano de revolta. Como nada se soube sobre o caso resolveram-se todos apresentar em grupos, voluntariamente às autoridades civil e militar que se encontravam estacionadas nos postos de Uato Lari e Hato-Carbau. Assim que fizeram a sua apresentação imediatamente mandaram-nos formar com as mãos fortemente atadas pelas costas e em seguida espancados à coronhada, paulada e pontapés, barbaramente da cabeça aos pés, até caírem desmaiados e dois deles perderem para sempre a luz do dia. Os sobreviventes mal que acabaram de sofrer todos esses martírios e torturas foram segundo a voz corrente interrogados e mortos a tiro de metralhadora, por ordens asnáticas do Administrador Artur Marques Ramos e Comandante das forças, capitão Barreiras, este cujo nome completo não podemos precisar. Este nefando caso deu-se logo que mandaram-nos para Dili e assim foi a nossa salvação. Contudo não escapámos dos horribes sofrimentos e insultos de toda a

ordem. Tudo isto, a nosso ver, representa sem dúvida uma violação às leis que regulam casos desta natureza.

Um conterrâneo nosso, de nome Abílio de Meneses, chefe do suco de Afaloical (Uato-Lari), apesar da sua apresentação ter sido voluntária, foi morto a tiro de pistola metida na boca do infeliz pelo próprio Administrador Ramos, depois de espancado estúpidoamente. Esta cena criminosa foi praticada no recinto do posto de Uato-Lari, em 19 de Junho de 1959. Um outro chamado João Mariano foi morto também a tiro de pistola, dentro da secretária do posto de Uato-Carbau pelo Administrador de Lautém, José da Serra Frazão. Na Administração de Bacau três indivíduos foram mortos à força de pancadas por ordem do Administrador José Maria Ribeiro Filipe. Esses mártires chamados João Henriques, de Uato-Lari, Lourenço e Castilho, de Baguia. E na sede da circunscrição de Viçique foram também mortos três indivíduos de nomes Domingos da Costa Amaral, conhecido por Domingos Jeremias, António Ferreira e Laqui Rubie, nas mesmas circunscrições que os outros, os dois primeiros de Luca e o último de Caruabalo.

Em Uato-Lari e Uato-Carbau foram saqueados todos os bens dos povos e incendiadas todas as casas pelas forças, por ordens absurdas do Administrador Ramos e capitão Barreiras, ficando essa desgraçada gente sem abrigo e à mercê do sol e da chuva. Nessa queimada morreram dentro de suas casas alguns velhos inválidos, aleijados, mulheres e crianças inocentes e algumas recém-nascidas, por as ditas forças não os deixarem sair. Isso é humano? O número dos mortos calcula-se acima de 500 (quinhentos).

Parece impossível, lamentamo-nos que isto aconteça no século das luzes — século da civilização, segundo dizem! Pois a nós parece-nos que recuamos cada vez mais o tempo. É triste e bem triste que isto se dê ainda hoje em Timor!!

MEMORANDUM
O massacre de 1959

COMUNICADO DO MPLA

1 — O processo de descolonização de Angola considerado "diferente e especial" pela parte portuguesa, foi objecto de um comunicado da Junta de Salvação Nacional a 8 de Agosto de 1974, reiterado pelo Governo Português após o afastamento do General Spínola da Presidência da República. Afirma o referido comunicado a cada passo: "obtido o acordo de cessar-fogo, o Governo Português constituirá imediatamente um Governo Provisório em que se encontrem representados todos os movimentos de Libertação em paralelo com os agrupamentos étnicos mais expressivos do Estado de Angola, o que obviamente incluirá a etnia branca".

O M.P.L.A. manifestou já, oportunamente, o seu repúdio pelos termos da descolonização proposta naquele comunicado, que aliás contrariava o compromisso assumido no memorandum entregue pelo Governo Português ao Secretário-Geral da ONU quando visitou Lisboa, de 2 a 4 de Agosto em que apenas se faz referência aos Movimentos de Libertação.

2 — O M.P.L.A. considera que o referido comunicado obedece a uma orientação que o anterior regime português não desdenharia propor, tentando dividir para reinar, pelo expresso recurso ao tribalismo (representatividade de agrupamentos étnicos), e ao racismo (ênfase dada à etnia branca).

Uma vez que o M.P.L.A., Movimento Nacional de todos os Angolanos, considera igualmente expressivos todos os agrupamentos étnicos de Angola como exprime a sua palavra de ordem de UM SÓ POVO UMA SÓ NAÇÃO, o seu combate consequente contra o tribalismo e o racismo e ainda à gravidade do assunto, cabe-nos exigir o esclarecimento das questões decorrentes.

A) O que são e quais são as etnias mais expressivas de Angola?

B) Qual o critério de escolha da sua maior ou menor condição de expressividade? Numérico? Económico? Cultural?

C) Se o mesmo for numérico, quais os limites de classificação?

D) Se económico, quais os graus de fortuna?

E) Se cultural quais os diapasões e segundo que padrões?

F) Relativamente à etnia branca sublinhada na declaração referida, em que base é ela considerada "obviamente" entre as mais expressivas? Em número? Em poder económico? Culturalmente? Ou em inteligência?

3 — Segundo as agências noticiosas, o Primeiro Ministro Português em declaração recente à revista francesa "Nouvel Observateur" afirmou: "Desejamos descolonizar com o acordo da população branca. Nada será feito sem o acordo da população branca".

O M.P.L.A. considera que no processo de descolonização nada pode ser feito, isso sim sem o acordo dos movimentos de libertação, e em particular do MPLA, um dos principais artesãos da vitória sobre o colonialismo e sobre o fascismo.

O M.P.L.A. que durante anos conduziu a guerra possibilitou assim, em comum com o Povo Português e os Povos e Organizações de Vanguarda das outras colónias e ex-colónias a democratização de Portugal. A descolonização de Angola não pode em consequência realizar-se por processos que reclamam o acordo de qualquer raça ou etnia, inserindo-se desse modo numa linha racista e tribalista, fora do contexto verdadeiro que a determinou.

O mínimo que pode afirmar-se é que a declaração do Primeiro Ministro Português não foi feliz. É sabido que as concepções políticas e o combate por elas não se consubstanciam em nenhuma raça e nem esta pode como tal condicionar soluções políticas sem cair num qualquer tipo de racismo. Este facto é tão evidente que os acontecimentos de Moçambique vieram confirmá-lo bem como o próprio 25 de Abril e o 28 de Setembro. Não deixa por conseguinte de ser pertinente saber se se procura também o acordo dos brancos que se opõem ao Movimento das Forças Armadas, dos brancos da PIDE ou da OPVDC, dos brancos fascistas e ultra-colonialistas, ou dos brancos da FRA ou da ESINA?

4 — Ainda na mesma entrevista afirmou mais adiante aquele governante: "Se o futuro de Angola for baseado em acordo entre os brancos e pretos será um futuro brilhante. Se pudermos constituir em Angola uma Nação anti-racista as possibilidades económicas são enormes".

Porque é que o futuro de Angola será brilhante apenas se se verificar aquela condição?

Devido a uma particular inteligência dos brancos? Ou porque possuem porventura qualidades miraculosas e exclusivas para doar brilho ao futuro? E como é possível formar Estados anti-racistas tentando dividir o poder com base em factores racionais?

O MPLA não vê nenhuma correlação directa entre desenvolvimento económico-social e acordos raciais, por ser claro e óbvio que o futuro brilhante de Angola depende unicamente da orientação político-económica que presidir aos seus destinos.

II — A POSIÇÃO DO MPLA

1 — Durante a sua longa existência o MPLA sempre se definiu como um Movimento não racista, realizando concretamente no seu seio esta política da qual é expressa a existência de militares e responsáveis de todas as raças.

O nosso Movimento defendeu e defende que não são os factos de ordem racial, linguística, crença religiosa, sexo ou origem social que definem a qualidade de Angolano, pois os Angolanos são todos os que nascerem em Angola independentemente daqueles outros factores. E, do mesmo modo para os radicados no País reafirma que terão o direito de optar pela nacionalidade se a Angola desejarem dar o seu contributo nessa condição.

2 — Também o programa Maior do MPLA exprime taxativamente a "garantia da protecção da pessoa e dos bens de todos os estrangeiros que respeitem as leis em vigor no País, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem", encontrando-se assim injustificados todos os problemas que as autoridades portuguesas têm desejado levantar sobre o futuro da comunidade branca em Angola.

3 — Ainda na sequência das posições acima enunciadas, e tal como a Frelimo para Moçambique, o MPLA rejeita as manobras tendentes à divisão do Povo Angolano e em função do factor (política racista), não admitindo que se dê aos Angolanos brancos o estatuto de minoria. Para o MPLA não há minorias nem estatutos especiais para o MPLA não há minorias nem estatutos especiais para qualquer parte do Povo: UM SÓ POVO UMA SÓ NAÇÃO, todos os Angolanos com direitos e deveres iguais.

O MPLA, vanguarda do Povo Angolano, entende que apenas uma política justa baseada nestes princípios criará de facto em Angola uma sociedade sem preconceitos e sem discriminações de raças.

Aquelas posições das autoridades portuguesas não conduzirão a semelhante sociedade, contribuindo pelo contrário para a agudização de um problema que o MPLA ao longo da sua existência tem sabido combater e resolver mesmo quando outros se escudavam num oportunismo mal disfarçado e o regime colonialista o fomentava com todo o poder da sua máquina repressiva.

4 — O MPLA, guia o Povo Angolano, e desde sempre amigo do Povo Português, rejeita soluções que põem em perigo a unidade da Nação Angolana, e reafirma que assumirá as suas responsabilidades históricas em Angola.

A VITÓRIA É CERTA

Lusaka, 12.10.74

Agostinho Neto
Presidente do MPLA

—MOÇAMBIQUE—

No dia 22, em Lourenço Marques, mais uma vez os reaccionários ultracolonialistas, não satisfeitos com as vítimas que provocaram no princípio de Setembro, voltam a manobrar no sentido de criar o pânico e a ansiedade em toda a população da cidade.

Esta vez manobrando directamente os «comandos», tropa especial do exército colonialista português, autores de trágicos massacres sobre as populações de Moçambique, desencadeia uma vaga de violência que vem na continuidade dos boatos que constantemente estes reaccionários desesperados põe a circular para criar a perturbação e o pânico em Lourenço Marques.

Mas de nada serve a estes senhores tentar deter o processo de descolonização, o povo moçambicano está preparado para uma longa luta contra toda a exploração, o passado histórico da Frelimo é a garantia da possibilidade da vitória política e militar sobre todas as forças reaccionárias.

CABO VERDE

Entrevista com um Militante do P.A.I.G.C.

O neo-colonialismo tem depositado esperanças em Cabo Verde. A divisão entre Cabo Verde e a Guiné foi sempre uma manobra do colonialismo e um dos seus objectivos. Nessa divisão se basearam alguns jogos políticos de infiltração no PAIGC, resultando de um deles o assassinio de Amílcar Cabral. Alguns dos autores mais directos desse assassinio foram presos e julgados pelo PAIGC. Mas os cérebros e os organizadores desse golpe, assim como da invasão de Conakry, mantêm a impunidade própria de quem vive em país onde o poder está nas mãos da burguesia — Portugal. A cumplicidade do Gen. Spínola nos negócios da Guiné só agora à posta a nu, depois da sua demissão. Antes, quem falasse nisso era considerado "esquerdista" e "aventureiro". Hoje os "esquerdistas" e "aventureiros" continuam a dizer que os cúmplices nos crimes coloniais continuam no poder. Para quando será "bem visto" dizer esta verdade? Para depois da próxima demissão?

Esses responsáveis pelos crimes colonialistas são hoje responsáveis pelas tentativas neo-colonialistas. Angola tem sido um espectáculo de oportunismos e uma tentativa desesperada para continuar o seu domínio económico. Cabo Verde é outra colónia onde tudo têm feito para manter sob novas roupagens o domínio português. Mas a força política do PAIGC em Cabo Verde vence as manobras neo-colonialistas. A unidade Guiné-Cabo Verde é defendida intransigentemente.

Aproveitando a presença dum militante do PAIGC em Cabo Verde, "Revolução" entrevistou-o. "Revolução" — Como encara o PAIGC a questão da unidade Guiné-Cabo Verde?

— O nosso partido quer nos seus princípios programáticos, quer na sua prática política, definiu já de modo bem claro a questão da unidade. A unidade é, antes de mais nada, uma opção política de importância revolucionária extraordinária, pois inscreve-se no quadro geral da unidade africana e no contexto da ligação de Cabo Verde ao continente da sua vocação histórica: a África. A ligação do nosso arquipélago à África, passa pela unidade com a Guiné, país que mais imediatamente se liga a C. Verde do ponto de vista étnico e histórico-cultural. O nosso partido,

ao formar-se levou em conta a base histórica para lhe dar um fundamento político superior: a luta na Guiné e em Cabo Verde contra o colonialismo português e pela Independência Nacional, conduzida por um movimento nacionalista unitário. Um dos objectivos fixados pelo nosso Partido, aliás o mais imediato, foi e é: conquista do poder político em Cabo Verde pelo Povo Caboverdeano e na Guiné pelo Povo Guineense. A unidade assim concebida desdobra-se em dois momentos distintos politicamente: 1-unidade na luta para a libertação nacional; 2-unidade dos dois países depois da Independência, unidade que será pronunciada democraticamente pelos dois Povos. Há uma unidade forjada na luta, no nosso Partido, que julgamos ser a unidade que corresponde às aspirações profundas dos nossos povos, às aspirações da África e ao movimento anti-imperialista. Contudo, conforme diz o nosso programa o povo caboverdeano terá de sancionar esta unidade, já que o povo guineense já o fez pela sua constituição.

"Revolução" — Sobre a situação estratégica de Cabo Verde e a influência que poderá ter no processo de descolonização, o que é que tu pensas?

— Para nós, esta questão não se põe.

Ao encetarmos a luta para a libertação total da nossa terra, levávamos em consideração um facto simples: a nossa terra estava dominada pelo colonialismo português. Da mesma forma, o Governo Português, hoje de feição diferente, deve reconhecer este facto simples: Cabo Verde é uma colónia e há que entregar o poder político ao seu povo. Mais nada. Se C. Verde tem uma posição estratégica e se se entender que esta posição é estratégica em função da sua utilização por blocos militares, convém deixar claro que esta posição desaparecerá após a Independência, porque nenhum bloco militar a utilizará.

Nós lutamos para devolver a nossa terra ao nosso povo, contra qualquer tipo de presença armada estrangeira e não para colocá-la no centro dos conflitos inter-blocos.

"Revolução" — Tarefas actuais do vosso Partido...

— Abarcamos dois grandes objectivos: o reforço da organização e a mobilização popular para uma ampla luta de massas.

Atendendo ao estado de profunda miséria imposta pela exploração colonialista degradante e às condições políticas actuais (liberdade de movimentação do Partido em Cabo Verde), inscreve-se também no plano da nossa acção, um esquema de apoio formal à população — alfabetização, apoio sanitário e nutricional, etc.

"Revolução" — Face à situação económica de Cabo Verde, qual te parece a alternativa?

— A situação económica é actualmente caótica. O estado de abandono em que C. Verde se encontra, é o resultado directo da política colonial. Com efeito, dada a impossibilidade de uma exploração intensiva e ao carácter arcaico do colonialismo português, este pouco fez em C. Verde, para melhoria das condições de vida da população. O chamado "apoio às populações" resumia-se em investimentos em obras improdutivas e na exportação de mão-de-obra. Quanto às alternativas, o mínimo que se pode dizer é que toda a política económica futura (após a Independência) terá de se fundamentar rigorosamente num programa de elevação imediata das condições de vida das amplas massas populares, programa em que a planificação e a intervenção directa do Estado serão pontos basilares.

"Revolução" — Qual a natureza da União Democrática de Cabo Verde (U. D. C.) e que interesses representa?

— A U. D. C. é uma tentativa, desesperada e tardia do neo-colonialismo em C. Verde. Efectivamente este grupelho nem sequer nasce como expressão política das camadas sociais mais abastadas, que devido à sua fraqueza não "reproduziu" qualquer partido político. A U. D. C. é sim, o tentáculo caboverdeano da reacção portuguesa, o prolongamento dos federalistas portugueses. A sua ineficácia e insignificância políticas explicam-se, pela timidez económica dos grupos privilegiados em C. Verde e pela ausência de uma presença física (colonos) colonial significativa.

Em C. Verde o neo-colonialismo e o imperialismo terão de jogar outra cartada que não a U. D. C. e face à consciencialização política já atingida pelas massas populares, duvido que haja qualquer chance.

Revolução

EDITORIAL

Tomou-se conhecimento através do seu próprio órgão de informação e dos meios de comunicação, que durante o dia do Congresso do Partido Comunista Português foi abolida do programa a Ditadura do Proletariado.

Apesar de tudo o que temos assistido nos últimos anos — o legalismo, o reformismo, a verdadeira degenerescência dum partido que foi revolucionário — este facto não pode deixar de ser assinalado.

E pode ser considerado um marco na história dos últimos anos. Um marco triste, se é possível misturar qualificativos que nada têm a ver com a ciência da história.

O desaparecimento da Ditadura do Proletariado do Programa do PCP é apenas a formalização e a passagem a escrito duma prática que se desenvolveu há muitos anos. Com este marco fecha-se formalmente uma época, que há muito fora fechada.

O partido que representou aquando da sua criação e durante muitos anos, as posições revolucionárias (que se opunham às sociais-democratas), o partido no qual muitos militantes deram a vida, o partido que manteve uma continuada resistência ao fascismo, mostrou bem nos últimos anos que degenerara, que abandonara as posições revolucionárias. Mas o 25 de Abril, com as largas possibilidades que oferece à luta dos trabalhadores, mas também com o que oferece ao legalismo e ao oportunismo, veio mostrar à luz do dia, a verdade de muita coisa. Como alguém já disse, esperava-se tudo menos que o PCP se transformasse numa espécie de "Guarda Republicana" das lutas dos trabalhadores.

O facto de estar no poder e de participar num Governo de coligação de classes acentuam as contradições do PCP. É neste momento um partido social-democrata clássico, reformista (sem poder fazer reformas), conciliador de classes. Os seus militantes de muitos anos, resistentes na longa noite fascista, estão assim fora duma perspectiva revolucionária, fazendo o frete à burguesia, tal como aconteceu a outros como eles na Rússia e na Alemanha em 1917.

Assim se junta aos outros partidos comunistas da Europa de cujas posições direitistas divergiu durante alguns anos, sendo um dos pontos de divergências exactamente a Ditadura do Proletariado.

É este o Partido do Proletariado? Não. Pois que o proletariado não tem medo da sua própria ditadura. E quem a teme é a burguesia. Assim se satisfazem os pequenos e os médios burgueses, possíveis eleitores em Março. Enquadrado no eleitoralismo, este passo é a consagração da defesa dos interesses da pequena e média Burguesia.

O estudo e a história provaram que uma classe só pode estar no poder e dominar as outras sob a forma de ditadura. Ditadura porque há o domínio do aparelho de Estado, no sentido de manter uma determinada forma de produção económica. Na sociedade capitalista, a burguesia, classe dominante, controla o aparelho de Estado no sentido de manter a forma de produção capitalista. Esta ditadura da Burguesia pode ter a forma fascista (se ela necessitar) ou a forma "democrática" se as condições o permitirem, contanto que o seu domínio seja mantido.

Na Revolução Socialista, para a construção da sociedade sem classes e o desaparecimento da burguesia como classe, o socialismo só pode ser mantido se o poder assumir a forma de ditadura do proletariado. Este problema está ligado ao problema de violência e ao problema da tomada do poder. A burguesia com todos os seus privilégios não aceita perdê-los por votos, por eleições. Só os perderá pela força, e essa força tem que ser exercida pelo proletariado e por quem esteja do lado dele. E pela força que o proletariado tomará o poder e só pode conservá-lo se exercer uma ditadura em relação à Burguesia. Esta forma de poder durará enquanto durarem os vestígios da burguesia, da sociedade de classes. E só será possível abolir a ditadura do proletariado quando a sociedade for uma sociedade sem classes. Nesse momento já não é necessária.

É necessário frizar que quando se fala em ditadura do proletariado se fala na ditadura sobre a Burguesia, como classe. Ao mesmo tempo existirá a democracia entre o proletariado, democracia onde terá de haver liberdade de opinião, liberdade de expressão, liberdade de associação e sobretudo liberdade de crítica ao poder, condição necessária para que este não degenera.

Actualmente em Portugal a burguesia anda com balões de oxigénio para sobreviver. Mas a instauração dum regime socialista pressupõe afrontamentos. Afrontamentos esses que pode ser a própria Burguesia a provocar.

Muitas convulsões se darão proximamente em Portugal. Tem o proletariado e os que estiverem do lado dele, que exercer a força e defender o poder pela força. Senão será a burguesia que a exerce.

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 60000
Anual — 120000

PAGAMENTO: Em cheque
Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4

Revolução

Fazer assinatura do jornal "Revolução" é uma forma de apoiar. Apoiar o "Revolução" é apoiar a Imprensa Popular, é lutar contra a informação capitalista, é lutar pelo fortalecimento material e moral de uma imprensa ao serviço das classes trabalhadoras em luta contra todas as formas de exploração.

ESTRANGEIRO:

Europa: Semest. - 130000
Anual - 260000

Fora de Eur.: Semest. - 160000
Anual - 320000

De apoio